

# **Decreto nº 38/2022**

### INSTITUI O COMITÉ DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JARDIM-MS.

Dra. Clediane Areco Matzenbacher, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Jardim. DECRETA:

Publicada em 21 de fevereiro de 2022

#### Capítulo I

# DA INSTITUIÇÃO DO COMITÉ DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE JARDIM.

Art. Iº - Fica instituído o Comité de Governança Institucional do Poder Executivo do Município de Jardim - CGIJ, instância colegiada de natureza consultiva, com o objetivo de apoiar e contribuir para a implementação e o contínuo desenvolvimento de diretrizes estratégicas e boas práticas de governança, com base na legislação vigente.

Parágrafo único: O CGU atuará em temas de governança

pública e implementação do Modelo de Excelência em Gestão em Transferências da União - MEG-TR, obrigação instituída pela Instrução Normativa n° 05, de 24 de junho de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo digital - órgão do Ministério da Economia, bem como dentre outros temas eventualmente atribuídos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

# CAPÍTULO II DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para fins deste Decreto considera-se:

I - governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de

serviços de interesse da sociedade;

 II - modelo de excelência em gestão: metodologia para a avaliação do nível de maturidade da gestão da organização;

III - agente de governança - AG: servidor designado

formalmente para atuar em sua unidade, nos termos deste Decreto e demais expedientes administrativos vindouros, dedicado à condução das políticas, orientações e diretrizes estabelecidas pelo CGU

### CAPÍTULO III

## **DA COMPOSIÇÃO DO CGU**

Art. 3º - O CGU será presidido por servidor membro representante da Secretaria de Administração, coordenado por servidor membro representante da Secretaria de Governo, e será composto pelos Agentes de

Governança - AG a serem designados pela presidência do comité:

- I Procuradoria-Geral do Município
- Tom Aparecido Rodrigues Baltha
- Yhan Felipe Barbosa Chaves
- II Secretaria Municipal de Finanças e Administração
- Cleide Antônio Dias Portilho
- Aparecida Araújo Fonseca Munhoz
- Junior Coimbra Tamashiro
- III Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
- Jean Clayton Peixoto de Albuquerque
- Kelly Maciel da Silva
- IV Secretaria Municipal de Educação
- Juçara Aparecida de Oliveira
- Jane dos Santos Silva Monteiro
- Madeline Cristaldo da Rosa Lima
- V Secretaria Municipal de Saúde
- Ivanildo Ribeiro Quirino
- Janaína Willemann de Souza Silveira
- Keyzer de Albuquerque
- VI Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e

#### Habitação

- Marilsa Nascimento Bambil
- Mauro Martins Alvarenga
- VII Secretaria Municipal de Desenvolvimento Económico e Cultura
- Delaine Penha Evangelista Bahia
- Fernanda Aparecida Dias Pinheiro
- Diego Domingos de Menezes
- VIII Secretaria Municipal de Governo
- -Tâmara Sanches Pimentel Otre
- Marilze Nedir Alves Grubert
- Felipe Onésimo Cardoso

- Sara Monzerat Nunez Fleitas
- IV -Controladoria Geral
- Dionízia Maidana Dedé
- Rozeli Alves Fernandes
- § 1º Na ausência do servidor designado para a coordenação, o CGU será coordenado por membro efetivo designado por ato normativo do presidente da comissão.
- $\S$  2º Poderão ser convidados a participar de reuniões do CGU representantes de outros órgãos, bem como especialistas nos temas de interesse.
- § 3º A designação dos membros do Comité será feita por ato diretamente da Chefe do Executivo Municipal.

# CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CGU

#### Art. 4º Compete ao CGU:

- I assessorar a Prefeita Municipal e dirigentes na condução da política de governança;
- II propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública;
- III propor normativos e manuais com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública;
- IV analisar e propor medidas para garantia da coerência das práticas de gestão às políticas públicas;
- V incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública municipal;
- VI acompanhar a evolução da aplicação de suas recomendações e das iniciativas de aprimoramento da governança;
- VII -elaborar e aprovar o regimento interno do CGU.
- Art. 5° As unidades deverão designar responsáveis pela
- condução dos processos e das funções relacionadas aos objetivos da governança e da integridade corporativas e priorizar as atividades e demandas deste comité e a produção de informações consolidadas e estatísticas que alimentarão a base de dados para o aperfeiçoamento reiterado da gestão estratégica.

# CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 6º Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão dirimidas pela Secretaria Municipal de Governo, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, no âmbito de sua competência.
- Art.  $7^{\circ}$  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Original, Jardim-MS, 21 de fevereiro de 2022.

### **Dra. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER**

# **Prefeita Municipal**